

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA PUCRS (ESPECIALIZAÇÃO)

Instituto de Letras e Artes

- Literatura Infantil
- Cultura Judaica
- Lingüística Aplicada a Alfabetização

Informações: ILA – Fone: (0512) 36-9400, ramal 176

Instituto de Psicologia

- Psicoterapia da Adolescência
- Diagnóstico Psicológico
- Psicoterapias Humanístico-Existenciais
- Psicologia Escolar

Informações: IPS – Fone: (0512) 36-9400, ramal 215

Faculdade de Educação

- Educação Especial: Infra e Superdotados
- Metodologia do Ensino Superior
- Supervisores de Treinamento para Empresas
- Educação Pré-Escolar
- Alfabetização

Informações: FED – Fone: (0512) 36-9400, ramais 220 ou 235

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

- Finanças
- Administração de Recursos Humanos

Informações: FCPE – Fone: (0512) 36-9400, ramal 264

Faculdade dos Meios de Comunicação Social

- Administração em Publicidade/Propaganda – Relações Públicas e
- Turismo

Informações: FAMECOS – Fone: (0512) 36-9400, ramal 269

Faculdade de Direito

- Direito Processual Civil

Informações: FD – Fone: (0512) 36-9400, ramal 134

AQUISIÇÃO DA MORFOLOGIA VERBAL DO PORTUGUÊS COMO L1 E L2

Feryal Yavas

Professora, PUCRS

June Campos

Professora e Doutoranda, PUCRS

INTRODUÇÃO

Uma área que tem causado grande interesse aos estudiosos da aquisição da linguagem é a comparação entre a aquisição da língua materna (L1) e a aquisição de uma segunda língua (L2). Em relação à língua portuguesa, os estudos sobre a aquisição do português como L1 e como L2 ainda são poucos, se comparados aos já existentes sobre o inglês, por exemplo.

O objetivo deste trabalho é comparar dados existentes sobre a aquisição da morfologia verbal do português como L1 com dados sobre a aquisição do português como L2, com base em estudos longitudinais. Os dados sobre a aquisição da L1 baseiam-se em Simões e Stoel-Gammon (1979), que analisaram o desenvolvimento lingüístico de uma criança de dois anos durante 11 meses. Os dados sobre a aquisição da L2 baseiam-se num estudo longitudinal de 5 meses de um japonês adulto aprendendo português em ambiente natural, isto é, sem instrução formal sobre a língua. Cada estudo é discutido e, no final, é feita uma comparação entre os resultados obtidos, mostrando semelhanças e diferenças, e buscando possíveis explicações para alguns dos fatos.

AQUISIÇÃO DA MORFOLOGIA VERBAL DO PORTUGUÊS COMO L1

Não há praticamente nenhuma publicação sobre a aquisição da morfologia verbal em português, além do estudo de Simões e

Stoel-Gammon (1979), que relata o desenvolvimento da flexão verbal de Carina, uma criança de Campinas, SP, durante 11 meses (idade de 2.1 até 3.0). Os dados analisados baseiam-se principalmente em 15 gravações feitas entre 2.1 e 2.8, mas observações e anotações estendem as informações até a idade de 3.0. Os dados de mais três crianças observadas durante o mesmo período de tempo (idades entre 1.8-2.0 no início e 2.2-3.0 no final) são às vezes mencionados.

Nas sessões iniciais de gravação, Carina apresentava 60% dos verbos no imperativo (no imperativo propriamente dito, como *dá!*, e de exortação, como *vamos passear*) e 38% no indicativo (26% no presente e 12% no pretérito perfeito); havia ainda uso produtivo do infinitivo, ocorrência esporádica do aspecto durativo com o presente e uso do futuro imediato. No final a variedade de tempos e modos permaneceu praticamente a mesma, tendo-se alterado a frequência: diminuiu o número de verbos no imperativo, aumentou o número de verbos no presente e pretérito perfeito do indicativo e houve ocorrência esporádica de verbos no pretérito imperfeito do indicativo.

O desenvolvimento da flexão pessoal caracterizou-se inicialmente pelo predomínio da marca de P2/3* no presente e pretérito perfeito do indicativo, independentemente do sujeito pretendido. Com a idade de 2.5, Carina adquiriu a marca da P1 (primeira pessoa do singular) do presente do indicativo: *-o*. As exceções, para todas as crianças do grupo, são alguns verbos irregulares que, por sua frequência de ocorrência e por serem monossilábicos, são memorizados (*vou, (es)tou, dou, sou*). No pretérito perfeito, verificou-se inicialmente o uso da forma da P2/3 para todas as pessoas do discurso, fenômeno ocorrido com todas as crianças. O desenvolvimento da marca da P1 no pretérito perfeito ocorreu de forma irregular, como demonstrou Carina ao iniciar o emprego da P1, por volta da idade de 2.5. Uma sessão com 100% de acertos podia ser seguida de uma com apenas 33% de acertos. A explicação está no

* Como em São Paulo o pronome da P2 (segunda pessoa do singular) é *você*, a forma do verbo na P2 e na P3 (terceira pessoa do singular) é a mesma. Assim, como a mesma forma verbal pode ocorrer com pronomes de P2 e P3, as autoras referem-se à forma P2/3, já que para a criança deve representar uma categoria única. Embora não seja mencionado no artigo, observa-se que no Rio Grande do Sul, onde o pronome tu é utilizado para a P2 (o que requer uma desinência número-pessoal específica para P2 — *-s* no presente do indicativo e *-ste* no pretérito perfeito do indicativo, por exemplo), também P2 e P3 são idênticas na fala coloquial, pois a desinência da P2 desaparece.

número reduzido de ocorrências; na quantidade de verbos irregulares e na maior complexidade das flexões do pretérito perfeito nas três conjugações em relação ao presente. Até a idade de 2.8, não houve uso sistemático dessas formas. Por outro lado, as crianças nunca confundiram as terminações da P2/3 nas três conjugações (*-ou, -eu e -iu*, respectivamente), mostrando que esse traço do sistema verbal do português é adquirido cedo.

No entanto, quando Carina iniciou o uso da P1, utilizou *-ei*, forma da P1 da primeira conjugação, para todas as conjugações e para a maioria dos verbos irregulares, gerando formas como *fazei, comi, bebi, enchi, perdi*. Só por volta da idade de 2.7 começou a produzir formas corretas, pelos padrões adultos, para a segunda e terceira conjugações. Entre os verbos irregulares, alguns monossilábicos e mais frequentes foram memorizados corretamente, mas *fazer*, por exemplo, passou por vários estágios: *fez > fazeu > fazei > fazi > fiz*.

Quanto ao pretérito imperfeito do indicativo, Carina apresentou uso esporádico, geralmente restrito a respostas e perguntas nas quais esse tempo era utilizado, tendo, porém, acrescentado uma terminação especial para designar a P1: *sabio* (*sabia*), *querilo* (*queria*). Ela parecia estar aplicando a regra de formação da P1 para o presente do indicativo, regra que muda a vogal final da P2/3 para *-o*. Para *querer* na P2/3 a forma utilizada era *querila*.

Ao discutirem os dados, as autoras mostram que 1) no início, os verbos são marcados quanto a tempo e modo, mas não quanto a pessoa, sendo que a maioria dos verbos está na P2/3, independentemente do sujeito pretendido; 2) a primeira distinção quanto a pessoa se dá entre P1 e P2/3, ocorrendo primeiramente no presente e, alguns meses depois, no pretérito perfeito; 3) uma única marca de P1 é aplicada a todos os verbos regulares e a quase todos os irregulares no início, sendo modificada mais tarde até enquadrar-se no padrão da fala adulta (p.63).

Três alternativas são discutidas para explicar por que as crianças, aprendendo português como L1, utilizam a P2/3 como forma básica, antes de aparecer a distinção na desinência pessoal: frequência na fala dirigida à criança, estratégia de referência a si mesma e menor complexidade.

A primeira explicação baseia-se na observação de que em português e em outras línguas a P3 é utilizada pelos adultos na fala di-

rigida à criança, seja na referência pessoal (mamãe/papai em vez de eu), seja na referência à criança (nenê/nome da criança em vez de você), o que levaria a criança a adotar essa flexão como forma básica.

A segunda explicação diz respeito a uma estratégia, por parte da criança, de referir-se a si mesma através da P3, como fazem os adultos, quer porque eles usam a P3 ao falar com a criança, quer por ela estar incerta quanto à dicotomia eu/você (falante/ouvinte). As autoras afirmam que essa hipótese também é difícil de ser verificada, pois, como em português o uso do pronome é opcional, nem sempre é possível saber a quem a criança se refere, a não ser pela flexão verbal. Casos claros de referência pessoal de Carina, na maior parte, não vinham precedidos de pronome; quando havia, era quase sempre eu, embora tenha havido casos de uso de ela ou Carina, e não foi constatada nenhuma tendência de aumento do uso da desinência da P1 quando o pronome eu estava presente. Os dados de outra criança corroboram essa explicação, já que foi observada uma tendência da criança de referir-se a si mesma através do nome próprio. Entretanto, havia ocasiões em que eu era utilizado às vezes com a desinência da P1 e às vezes com a da P2/3.

A terceira explicação, referente à maior simplicidade da forma P2/3, as autoras consideram mais difícil de avaliar, pela dificuldade em medir complexidade no nível gramatical ou no nível semântico. Gramaticalmente, há apenas três marcas da P1 (no presente, -o para as três conjugações, e no pretérito perfeito -ei para a primeira e -i para a segunda e terceira) contra maior número de formas da P2/3 (no presente -a para a primeira e -e para a segunda e terceira, e no pretérito perfeito, -ou para a primeira, -eu para a segunda e -iu para a terceira). Nesse sentido, afirmam, seria de esperar que a P1 fosse adquirida antes, ao contrário do que ocorre.

Como nenhuma das três hipóteses é suficiente para explicar satisfatoriamente os dados, as autoras concluem que o fenômeno se deve, provavelmente, a um conjunto de fatores inter-relacionados (p.66).

Um aspecto não levado em conta pelas autoras sobre a escolha da P2/3 como forma básica por parte da criança está na frequência do uso do imperativo pelo adulto ao dirigir-se à criança. Carina, por exemplo, apresentava 60% dos verbos no imperativo no início das gravações. Ora, em português, a P2 do imperativo

(afirmativo) é igual à P3 do presente do indicativo. Nas regiões onde você é o pronome de tratamento utilizado para a P2, o que normalmente iria requerer o uso de uma concordância gramatical de P3, observa-se a tendência de concordância com a P2 no imperativo na fala coloquial; portanto, P2 e P3 tornam-se idênticas. Assim, verbos como deixar, bater e dormir, comuns na fala da criança, têm a forma deixa, bate e dorme para a P2 e a P3 no imperativo e no presente do indicativo, o que é bastante econômico para a criança. No imperativo negativo, a forma coloquial também é igual à do presente.

Forma padrão	Forma coloquial
Imperativo afirmativo	
trabalha (tu) trabalhe (você)	trabalha (tu/você)
Imperativo negativo	
não trabalhes (tu) não trabalhe (você)	não trabalha (tu/você)
Presente do indicativo	
trabalhas (tu) trabalha (você/ele, ela)	trabalha (tu/você/ele, ela)

Além do mais, a forma se assemelha ao infinito, apenas com a mudança da sílaba tônica, já que o /r/ do infinitivo não é normalmente pronunciado na fala coloquial. Isso possibilita o uso de construções como qué(r) brincá(r), comuns na fala da criança.

Essa hipótese explicaria com facilidade o surgimento da P2/3 antes da P1 no presente do indicativo, mas ainda deixaria sem explicação o surgimento da P2/3 no pretérito perfeito do indicativo.

Quanto à relação entre aquisição das flexões de pessoa-número e as que marcam tempo-modo-aspecto, as autoras dizem que as flexões de tempo são adquiridas antes do que as de pessoa e parecem estar ligadas a traços semânticos do verbo, nos estágios iniciais. Um exemplo, seria a ocorrência do pretérito perfeito bem cedo na fala da criança, mas apenas com verbos que indicam ação

completada no passado imediato (**caiu, acabou, quebrou**), fato documentado em várias línguas e possivelmente um universal do desenvolvimento da linguagem. Salientam também ser possível que a distinção feita pela criança seja de aspecto (completo/incompleto) e não de tempo (presente, passado e futuro). Por outro lado, mostram que as primeiras distinções de pessoa-número na fala da criança não parecem estar limitadas por traços semânticos do verbo. Estão relacionadas à marca de tempo e apresentam o seguinte padrão de desenvolvimento:

- estágio 1 – forma única (P2/3) para qualquer tempo
- estágio 2 – distinção entre P1 e P2/3 no presente; forma única (P2/3) para o pretérito perfeito
- estágio 3 – distinção entre P1 e P2/3 também no pretérito perfeito
- estágio 4 – surgimento da marca do plural (p.66-7)

AQUISIÇÃO DA MORFOLOGIA VERBAL DO PORTUGUÊS COMO L2

Os dados que serão analisados sobre a aquisição do português como L2 são de um falante de japonês como L1 que esteve em Porto Alegre, RS, durante 1 ano, para estudar na universidade e trabalhar. Fumio, 22 anos de idade, aprendeu português no Brasil através do contato com brasileiros, sem ter aulas de língua portuguesa (antes de chegar ao Brasil, havia aprendido apenas algumas expressões). Dois meses e meio após a sua chegada, iniciou-se a coleta de dados, feita através da gravação de 7 encontros para conversa informal, durante um período de quase 5 meses. Os dados analisados neste trabalho são de 3 desses encontros, mostrando o estágio lingüístico de Fumio após dois meses e meio no Brasil (primeiro encontro, com meia hora de duração), após quatro meses e meio no Brasil (quarto encontro, com uma hora de duração) e após sete meses e meio no Brasil (último encontro, com uma hora de duração).

TABELA – Desenvolvimento dos marcadores verbais no português como L2

Pessoa	Entre- vista	Np ocor	PRESENTE		Np ocor	PRET. PERFEITO		Np ocor	FUTURO		Np ocor	GERÚNDIO	
			% Acertos	% Erros		% Acertos	% Erros		% Acertos	% Erros		% Acertos	% Erros
P1	1	18	56	P3 33 Inf 11	5	20	P3 20 Inf 60	0	—	—	2	0	Inf 100
	2	9	89	P3 11	8	12.5	P3pret 50 P3pres 25 Inf 12.5	7	72	P3 14 P1pret 14	2	0	Ger 100
	3	7	29	P3 71	19	63	P3 16 Inf 21	13	77	P3 23	0	—	—
P3	1	14	57	Inf 43	1	0	Inf 100	0	—	—	1	0	Ger 100
	2	12	83	Inf 17	6	67	Inf 33	2	0	Inf 100	4	25	Ger 75
	3	5	100	0	10	90	P3pres 10	1	100	0	4	25	4+Ger 25 Ger 50

Os resultados estão na tabela abaixo, que mostra o desempenho lingüístico de Fumio quanto ao uso dos verbos nas três entrevistas (1, 2 e 3, respectivamente), classificados quanto a 1) pessoa (P1 e P3) prevista no enunciado, 2) número de verbos diferentes utilizados, independentemente do número de ocorrências de cada um (número de ocorrências), 3) formas verbais utilizadas (presente, pretérito perfeito, futuro e gerúndio), 4) percentual de ocorrências com uso correto de acordo com o tempo e a pessoa (% de acertos), e percentual de ocorrências com uso incorreto (% de erros), neste caso indicando a forma utilizada pelo sujeito.

O critério de correção dos marcadores de pessoa e tempo baseou-se em aspectos discursivos e contextuais quando expressões relevantes explícitas (tais como sujeito expresso por nome ou pronome e a presença de advérbios de tempo) não estavam presentes. As outras pessoas do discurso e outras formas verbais não aparecem na tabela por não terem sido utilizadas ou por terem tido um número muito reduzido de ocorrências.

Presente do indicativo

P1. Os resultados mostram que, na primeira entrevista, o número de acertos foi um pouco mais da metade; o restante estava dividido entre a P3 e o infinitivo, sendo que a P3 constituía a maioria das ocorrências. Portanto, observa-se o uso do presente, mas sem o domínio completo da distinção entre P1 e P3. Na segunda entrevista, desapareceu o uso do infinitivo, diminuiu o uso da P3 e aumentou o uso correto da P1. Na terceira entrevista, o uso correto da P1 caiu bastante e aumentou muito o da P3. Observe-se que, num total de 7 verbos, dois verbos (*achar* e *saber*) foram utilizados corretamente, o que ocorreu desde o início das gravações. Dos restantes, 3 já haviam sido produzidos corretamente em uma ou nas duas gravações anteriores (*poder*, *querer* e *ter*), mostrando a flutuação existente no processo de aquisição.

P3. Na primeira entrevista, um pouco mais da metade das ocorrências apresentou o uso correto da P3 e o restante foi substituído pelo infinitivo. Na segunda, aumentou o uso correto da P3, baixando o uso do infinitivo, até o seu desaparecimento total na terceira entrevista, quando o índice de acertos foi de cem por cento.

Pretérito perfeito do indicativo

P1. Na primeira entrevista predominou o uso do infinitivo, sendo o restante das ocorrências igualmente dividido entre a P1 e a P3 do pretérito. Observe-se que, das 5 ocorrências, apenas uma apresentou o uso correto da P1 no passado: *dormi*. Na segunda, também só houve um acerto (*dirigi*), o que representou uma redução no percentual de acertos, visto que o total de ocorrências subiu de 5 para 8; o uso do infinitivo diminuiu, houve uma ocorrência de uso do presente na P3, e aumentou o uso da P3 no pretérito. Portanto, na segunda entrevista houve um aumento da marca temporal em relação à primeira, na qual predominava a forma atemporal. Na terceira entrevista, o uso correto da P3 aumentou consideravelmente.

P3. A primeira entrevista forneceu pouca informação, já que houve apenas uma ocorrência (no infinitivo). Na segunda entrevista a maioria das ocorrências foi de uso correto da P3, com o restante no infinitivo. Na última entrevista, o número de acertos foi quase total: o infinitivo desapareceu e o único erro foi de uso incorreto do tempo verbal, mas não de pessoa.

Observa-se, portanto, que tanto no presente como no passado a P3 é a primeira a ser adquirida ou, pelo menos, a aproximar-se do uso quase perfeito.

Futuro do indicativo

Quanto ao uso do futuro e do gerúndio, embora com um número bem mais reduzido de ocorrências, é possível constatar, através da tabela, uma trajetória bastante clara.

O contexto para emprego do futuro só ocorreu a partir da segunda entrevista, e a forma escolhida pelo sujeito foi a perifrástica, a mais comumente empregada na conversação pelos falantes nativos (presente do indicativo do verbo *ir* seguido por um verbo no infinitivo). Também foi considerado como modo correto de indicar o futuro o emprego de *ir*, no presente do indicativo, seguido ou precedido por uma expressão referente a lugar ou a tempo, como em *vou (a) Maringá, amanhã vou*.

P1. Tanto na segunda como na terceira entrevista, os resultados foram bastante semelhantes: a disputa entre a P1 e a P3 (*vou/vai*), com a maioria para a P1.

P3. As raras ocorrências da P3 no futuro mostram inicialmente o uso do infinitivo (segunda entrevista) e depois o uso correto da forma *vai* seguida do infinitivo (terceira entrevista).

Gerúndio

O uso do gerúndio junto com *estar*, para exprimir o aspecto durativo, independentemente do tempo verbal apropriado para o contexto, passou por alguns estágios.

P1. Inicialmente apenas o infinitivo era utilizado, surgindo depois o uso do verbo no gerúndio, sem *estar*. Na terceira entrevista, não houve nenhum contexto obrigatório para o uso do aspecto durativo.

P3. Na primeira entrevista, ocorreu apenas o verbo no gerúndio, mas, na segunda, houve uma ocorrência correta de *está* seguido de verbo no gerúndio, contra três de uso do gerúndio apenas. Na terceira entrevista, continuaram duas ocorrências de gerúndio apenas e aumentou para dois o número de auxiliares seguidos de gerúndio (*tá trabalhando* e *é morando*), dos quais apenas o primeiro é aceito em português. Entretanto, o ponto a ser salientado é que o sujeito parece ter-se dado conta de que um auxiliar é necessário junto ao gerúndio, embora não tenha percebido quais os verbos que podem ocupar essa posição.

Outros tempos e pessoas

Há vários contextos propícios para o uso do pretérito imperfeito do indicativo, mas em nenhuma das três entrevistas ocorreu algum verbo com essa marca. Apenas a forma *queria* foi utilizada uma vez na última entrevista, com o sentido de *quereria*, futuro do pretérito.

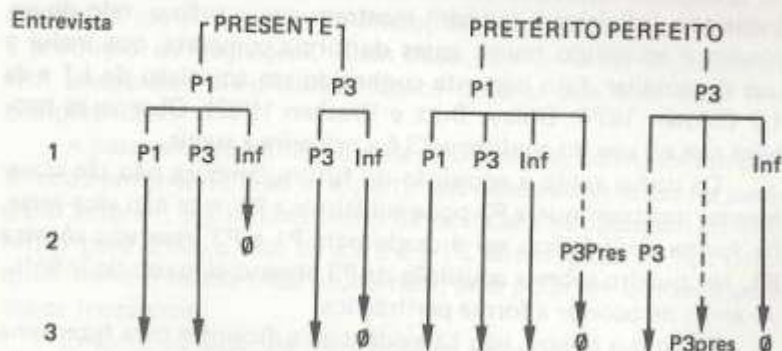
Quanto a outras pessoas do discurso, houve algumas ocorrências da P2 no presente do indicativo que, quanto à forma, confundem-se com a P3, conforme é constatado na fala coloquial no Rio

Grande do Sul. Um verbo parece ter sido utilizado no pretérito perfeito, P2: (*en*)*tende*, com acento na última sílaba e sem o ditongo final que ocorre em *entendeu*.

As desinências correspondentes ao plural (P4, P5 e P6) não chegam a ser adquiridas. Nos contextos em que a P6 era de uso obrigatório, Fumio utilizou a P3 ou o infinitivo, a não ser em duas ocasiões nas quais ele utilizou *fazem* (segunda entrevista) e *falam* (terceira entrevista). No entanto, nessas mesmas entrevistas, Fumio também utilizou *faz* e *fala* para a P6. Quanto à P4, apenas na última entrevista surgiu um contexto no qual era obrigatória, e a forma utilizada foi a P3. O uso da P5 não pôde ser verificado, pois não surgiu nenhum contexto de uso obrigatório.

DISCUSSÃO

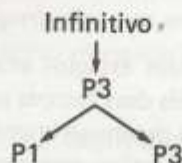
A comparação dos três estágios analisados da produção verbal de Fumio torna visíveis dois fatores principais: o papel do infinitivo e o papel da P3 no desenvolvimento da P1 e P3 no presente e pretérito perfeito do indicativo, conforme o diagrama abaixo. As flechas indicam o uso de uma forma verbal durante um ou mais estágios, enquanto a linha pontilhada e o símbolo (\emptyset) indicam, respectivamente, a inexistência e o desaparecimento.



1. O infinitivo está sempre presente na entrevista inicial como uma fonte alternativa de marca verbal, diminuindo à medida que surgem as marcas corretas de cada pessoa, chegando a desaparecer por completo na última entrevista, com exceção da P1 do pretérito perfeito.

2. No surgimento da P1, a P3 é sempre uma opção presente e forte, não chegando nunca a desaparecer. Por outro lado, na evolução da P3 apenas o infinitivo é utilizado como alternativa, mas nunca a P1. Assim, podemos inferir que a P3 é uma forma muito mais disponível e, possivelmente, adquirida mais cedo.

Os dados desse sujeito, dentro do período no qual ele foi estudado, sugerem a formulação da seguinte hipótese sobre a ordem de aquisição da marca de pessoa no português como L2:



O diagrama mostra o infinitivo como forma básica, sendo seguido depois pela P3; só então surge a primeira distinção de pessoa, caracterizada pela oposição entre P1 e P3. Observe-se que a P3 é a forma utilizada para todas as pessoas que não a P1.

Os dados da aquisição do gerúndio corroboram a influência inicial do infinitivo e também mostram que o sufixo *-ndo* do gerúndio é adquirido muito antes da forma completa, que inclui o uso do auxiliar, fato bastante conhecido em aquisição da L1 e da L2 (Brown 1974, Dulay, Burt e Krashen 1982). Observa-se também que no uso do auxiliar a P3 é a primeira a surgir.

Os dados sobre a aquisição do futuro, embora não tão claramente, mostram que a P3 pode substituir a P1, mas não vice-versa, na forma perifrástica: *vai* é usado para P1 e P3, mas *vou* só para P1. No quadro sobre a aquisição da P3 observa-se o uso do infinitivo antes de ocorrer a forma perifrástica.

Quanto a tempo, não há evidências suficientes para fazer uma generalização segura; entretanto, é possível que o presente se desenvolva antes do que o pretérito perfeito. Em primeiro lugar, em-

bora a P3 apareça na primeira entrevista tanto no presente como no passado, ela só é utilizada corretamente quanto ao contexto no presente; isto é, somente no presente a forma de P3 é empregada quando o referente discursivo é P3. Em segundo lugar, observamos que a P1 se desenvolve mais rapidamente e com maior precisão no presente do que no pretérito perfeito. Assim, parece possível levantar a hipótese de que as formas no presente evoluem mais cedo.

A exemplo do que ocorreu com o estudo da L1, também surge a pergunta sobre por que a P3 seria a forma básica. Acrescenta-se também a pergunta sobre por que o infinitivo poderia ser considerado uma proto-forma.

Começando pela última pergunta, é possível discutir dois aspectos importantes, ambos referentes ao tipo de *input* recebido. Em primeiro lugar, é comum o aprendiz de uma L2 perguntar como se diz uma palavra na L2, caso a comunicação via L1 seja possível com o interlocutor. Via de regra, quando se trata de um verbo, a resposta típica obtida é um verbo no infinitivo. O *input*, portanto, enfatiza a forma do infinitivo. Em segundo lugar, o falante adulto da L2 freqüentemente recorre ao dicionário, encontrando a tradução do verbo desejado obviamente no infinitivo. Talvez seja possível acrescentar um terceiro aspecto, referente à saliência perceptual. De certa forma, o infinitivo, por ter o acento na última sílaba e por não ter o /r/ pronunciado na fala coloquial, enfatiza o rama (*canta-r*, *vende-r*, *parti-r*), pronunciado igual à P3 do presente do indicativo (*canta*, *vende*, *parte*), a não ser pela mudança da sílaba tônica. Isso permite ao falante não prestar atenção às variações de tempo e pessoa no início, facilitando o processamento e a produção da linguagem. Além disso, com o tema, o falante já tem assegurado o significado básico daquilo que quer dizer (ou compreender).

A passagem do infinitivo para a P3 poderia, assim, ser um passo relativamente simples e, a partir das observações feitas no parágrafo anterior, justificável. Além da facilidade da passagem do infinitivo para a P3, o fato de a P2 e a P3 serem iguais na fala coloquial torna a forma mais econômica, pois pode ser utilizada com maior freqüência.

Embora os aspectos mencionados sejam plausíveis, vários fatores devem ser responsáveis pela ordem da aquisição de tempo e pessoa, como ocorre na L1. Além disso, estudos mais detalhados

são necessários para comprovar e testar as hipóteses formuladas. Alguns desses estudos já foram iniciados, embora não tenham sido publicados. Um deles refere-se a um falante de norueguês e outro a um falante de inglês, ambos adultos (Yavas, 1985), que aprenderam português em ambiente natural, sem nenhuma instrução formal. Para os dois sujeitos a forma básica parece ser a P2/3 do presente do indicativo, sendo que para o falante de inglês há evidência suficiente para a hipótese de que o infinitivo é uma forma ainda mais básica, pois é mantido durante vários estágios de desenvolvimento, como alternativa para formas ainda não adquiridas. Para ambos os sujeitos parece que a primeira distinção de pessoa ocorre a partir do surgimento da P1 no presente do indicativo, contrastando com o uso da P2/3 para todas as outras pessoas. Esses dados confirmam os dados relativos ao sujeito japonês e também o que foi postulado para a menina Carina.

COMPARAÇÃO ENTRE L1 E L2

A aquisição da morfologia verbal do português como L1 e como L2 parece seguir caminhos semelhantes. Para ambas verificou-se o uso da P2/3 como forma de referência a qualquer pessoa do discurso, só depois surgindo a P1. Quanto a tempo verbal, o presente do indicativo é o primeiro que se estabelece, seguido depois pelo pretérito perfeito. Outros tempos verbais são mencionados nos dados citados, mas não são suficientes para uma comparação equivalente.

As semelhanças são bastante evidentes, mas mais interessante ainda é a diferença principal. Enquanto que na L1 o imperativo exerce papel fundamental no estágio inicial, na L2 ele inexistente. Mas, na L2, o infinitivo exerce o papel principal. A explicação para a preponderância de um ou de outro provavelmente está ligada ao tipo de interação que ocorre entre o adulto e a criança (muita ação com base em ordens/pedidos/sugestões que requerem o uso do imperativo) na aquisição da L1, e entre falante nativo interagindo com aprendiz da L2 (maior atenção às formas lingüísticas básicas, apresentando grande número de verbos no infinitivo). Como os dados coletados não foram analisados sob esse ponto de vista,

não é possível avaliar com certeza o valor estatístico dessa afirmação, mas ela parece intuitivamente correta. O dado concreto é a existência de grande número de verbos no imperativo na fala da criança em contraste com o grande número de verbos no infinitivo na fala do adulto aprendendo o português.

Portanto, embora o *output* seja idêntico (P2/3 como primeira forma flexionada) na aquisição da morfologia verbal do português como L1 e como L2, o ponto de partida parece ser diferente. A causa principal dessa diferença provavelmente reside no tipo de interação e *input* peculiares às duas situações, o que pode acarretar estratégias de processamento e de produção diferentes no início, mas com resultados semelhantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BROWN, R. 1973. *A First Language*. Cambridge, Ma., Harvard University Press.
- DULAY, H.; BURT, M. & KRASHEN, S. 1982. *Language Two*. New York, Oxford University Press.
- SIMÕES, M.C.P. & STOEL-GAMMON, C. 1979. The acquisition of inflections in Portuguese: a study of the development of person markers on verbs. *Journal of Child Language*, 6(1): 53-67.
- YAVAS, F. 1985. Aquisição do português como L2. Conferência proferida na Florida International University, EUA, em janeiro de 1985.